

Bancos pagam participação nos lucros e resultados

Vários bancos privados já anteciparam o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O prazo limite é dia 28 de fevereiro.

A PLR foi definida na campanha salarial de setembro de 1996. Os bancos devem pagar 60% do salário mais R\$ 270,00. Para a mai-

oria dos bancários, equivale a uma gratificação semestral. Os bancários que já receberam ficaram satisfeitos.

Esta é mais uma histórica conquista dos sindicatos. Os bancários são a primeira categoria a incluir em Convenção Coletiva a participação nos lucros e resultados. Isso prova que os bancários têm sido bem representados nas

negociações salariais.

Estima-se que serão distribuídos, aos bancários, em PLR, mais de R\$ 100 milhões.

Por isso, justifica-se cada vez mais a necessidade de fortalecer nossas entidades sindicais para que possam ter, junto com os bancários, mais conquistas, novos direitos.



Governo mantém o Proer

O polêmico e contestado Proer continuará vigorando em 97. Serão extintos os incentivos fiscais para fusão/incorporação de bancos. Porém, serão mantidas as linhas de crédito voltadas ao socorro aos bancos em dificuldades financeiras.



Como justificativa para a continuidade do Proer, o governo alega que o Banco Central é o banco dos bancos. O que o governo não diz é que pretende resolver o rombo de caixa do Bamerindus, estimado em R\$ 6 bilhões. O Bamerindus tem como acionista principal José Andrade Vieira, que colaborou financeira e politicamente na eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Se concretizada a operação de salvamento do Bamerindus, o Proer terá gasto em ajuda a bancos o total de R\$ 18,5 bilhões.

Há informações de que novos bancos se servirão do Proer em 97. Significa que o preço que a sociedade deverá pagar por esse programa ainda não parou de aumentar.

Contec aceita abono da Caixa Econômica Federal

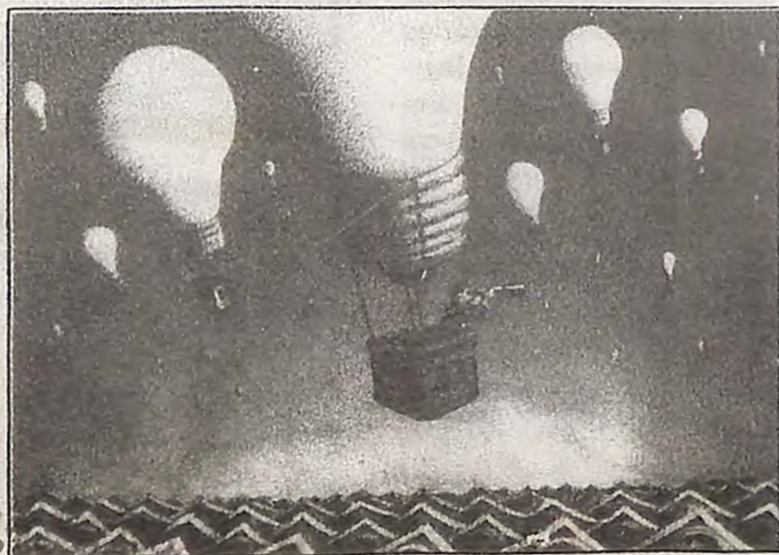
A Contec, sem consulta e autorização dos bancários e dos sindicatos, aceitou proposta de abono da CEF, atrapalhando as tratativas desenvolvidas pela Executiva Nacional dos Funcionários junto à direção da empresa.

A Contec aceitou protelar a negociação de outras reivindicações da categoria, como reajuste salarial e participação nos lucros.

Para a empresa, a en-

trada da Contec nas negociações foi providencial, porque joga um possível acordo global para 1997.

Para os empregados - embora para alguns ter parecido interessante receber um abono, agora, de R\$ 1.000,00 -, é ruim, porque interrompe as negociações sem que haja um avanço sequer e sem que haja garantia de que a empresa em março feche um acordo que contemple minimamente suas reivindicações.



FRASES

"Sexo, droga e credicard. É sobre esse tripé que se sustenta hoje a ética do desespero dos que têm em excesso. Nossa elite está se consumindo nisso"

Jurandir Freire Costa,
psicanalista
(Jornal do Brasil 11/12/96)

"Tudo é absurdo, mas nada é chocante, porque todos se acostumam a tudo"

Jean-Jacques Rousseau,
filósofo francês
Século XVIII

"Experiência não é o que aconteceu com você, mas o que você fez com o que lhe aconteceu"

Aldous Huxley
escritor inglês

Bancários afastados por doença profissional ou acidente de trabalho têm direito à cesta-alimentação

A Comissão de Saúde, composta por representantes dos bancários e da Fenaban, decidiu que os bancários afastados por doença profissional ou acidente de trabalho receberão a cesta-alimentação durante cinco meses a contar da data do afastamento. O benefício, ainda, é retroativo a 1º de julho de 1996. Aqueles bancários que foram afastados antes desta data, mas ainda não retornaram ao

trabalho, também têm direito.

Os bancários devem ficar vigilantes, pois alguns bancos, simulando desinformação, podem tentar não cumprir o pactuado. Foi mais uma importante conquista dos bancários. Essa reivindicação vinha sendo levantada há muito tempo. Afinal, doença profissional e acidente de trabalho não eliminam a necessidade de se alimentar.

FGTS não financia habitação e saneamento básico

No início de 96, o Conselho Curador do FGTS aprovou a dotação de R\$ 3,501 bilhões para os programas Pró-moradia e Pró-saneamento (programas para quem ganha até três salários-mínimos). Contudo, até setembro, haviam sido contratados R\$ 1,079 bilhão, mas liberados apenas R\$ 93,845 milhões, o que representa 2,68% do orçamento do FGTS.

Como se vê, além de pouco dinheiro para a habitação e o saneamento, há a in-

competência em sua aplicação. A solução é simples: o governo federal deveria agilizar a aplicação dos recursos destinados para o setor e cobrar participação dos governos estaduais e municipais. O FGTS, sozinho e malgerido, não dará conta do enorme déficit habitacional brasileiro e dos problemas de saneamento. É importante ter presente que investimento em habitação e saneamento terá como consequência menores gastos em saúde.

Comitê em defesa do SFPE

Foi lançado no dia 19 de dezembro, em Porto Alegre, o Comitê em Defesa do Sistema Financeiro Público Estadual. O ato foi promovido pela Federação dos Bancários do RS, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Associação dos Servidores da Caixa Econômica Estadual. Estiverem presentes o prefeito Tarso

Genro, deputados federais e estaduais, dirigentes sindicais, funcionários do Banrisul e da CEE, bem como outras lideranças da comunidade gaúcha.

O objetivo do Comitê é desenvolver ações em defesa da continuidade, do fortalecimento e da função social do Banrisul e CEE.

Grupo estuda projeto alternativo para o Meridional

Em reunião realizada no dia 13 de dezembro na Assembleia Legislativa do RS, decidiu-se pela formação de um Grupo de Trabalho responsável pela formulação de um projeto alternativo à privatização do Meridional. O grupo é formado por membros

da Comissão de Economia e Desenvolvimento da Assembleia Legislativa, da UFRGS, da Federação dos Bancários (RS) e do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Em março de 97, o projeto deverá ser apresentado para ser discutido em um seminário.

**REAGE
BRASIL**
CONTRA AS POLÍTICAS
NEOLIBERAIS DE FHC

OPINIÃO

Dom Lázaro Superstar

O Bradesco está novamente em destaque nas páginas de jornais e revistas do país. Não mais como o banco com o maior número de processos trabalhistas nas paletas nem como promotor de pincas de demissões. O Bradesco está *in*: aparece na imprensa nacional como vedete. Vedete principal do cabaré que é o sistema financeiro brasileiro.

O magnânimo

O Imperador abriu as portas da Cidade de Deus para o mundo. Foi capa da Veja (na foto aparece acompanhado de um quadro de outro despota, Napoleone Buonaparte); demonstrou sua *humildade*. Vejamos algumas coisas sobre a humildade deste vaidoso, que

segundo a revista, *mais parece um cônego do interior, bondoso e contemplativo*.

Dom Lázaro preside o banco há 16 anos, e quando ele entra no saguão do prédio-sede, todos se aquietam e se perfilam, como soldados do exército; ninguém o trata pelo primeiro nome; é tão rotineiro quanto um trem japonês; não repete ordens; é rico e tão autoritário e vaidoso quanto seus colegas; não vai ao teatro, não vai ao cinema, não lê livros; assiste televisão. É um chato, afinal. Entende-se porque eles tentam transformar todo o bradesqueano em um chato. Deve-se ser o espelho do chefe.

O Império

As melhores partes da reportagem são as que falam do banco. Sua potência financeira; sua influência na economia nacional; suas normas internas; suas posições eleitorais; a particularidade de ter no comando pessoas que começaram nos postos mais baixos do banco e são interioranas — compreende-se porque em nossa região os gerentes são egresos da colônia.

O Bradesco lucrou em 96 R\$ 824 milhões. Cerca de R\$ 350 milhões veio da seguradora, da previdência privada e da *capitalização*, que o funcionário é obrigado a vender como se fosse atendente de bodega, não recebendo comissão para isso.

Aos súditos

Agora daremos alguns conselhos sobre como deve comportar-se o funcionário do Bradesco, conforme a leitura atenta das referidas matérias:

- acorde sempre antes do relógio despertar, como o Imperador (engraçado, para quê serve o despertador, então?);
- Tenha como prato predileto arroz, feijão, bife e salada;
- Não leia, não assista filmes e não divirta-se de maneira alguma;
- Se não nasceste no interior, vá ao Cartório, diga que seu pai se enganou e registre-se novamente (de preferência diga que nasceu em Nove Colônias);
- E, principalmente, nunca, mas nunca reclame de trabalhar muito e ganhar tão pouco!

Dizem que fazer críticas abertas ao presidente do Bradesco é um mau negócio. "Ninguém fala mal dele, porque todos temos juízo", disse um banqueiro paulista. Ele quis dizer que há motivos, falta coragem. Temos juízo e coragem.

Roberto Fogaça do Nascimento
Coordenador da Secretaria de Cultura do
Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e
Região - CUT

Voz do Bancário

O jornal *Voz do Bancário* é uma publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - CUT, Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS
Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405

Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz - Jornalista responsável: Dirce Perini - RP: 5029-18/33
Editoração Eletrônica: Traço Diferencial (220.1650)
Fotolitos e impressão: Jornal Pioneiro - Tiragem: 2.300 exemplares

Caxias lança Comitê em defesa do Banrisul e da Caixa Estadual

Comitê pretende resistir ao desemprego e ao fechamento de agências

O prefeito Pepe Vargas e o presidente da Câmara, Zoraido Silva, além de outras lideranças, prestigiaram o lançamento do Comitê em Defesa do Sistema Financeiro Público Estadual.



No dia 31 de janeiro, foi lançado, na Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, o Comitê em Defesa do Sistema Financeiro Público Estadual. O lançamento contou com a presença do Prefeito de Caxias do Sul, Gilberto Spier Vargas, do presidente da Câmara de Vereadores, Zoraido Silva, de vários vereadores da região, sindicalistas, bancários e outras personalidades da sociedade civil.

O Comitê é uma prova de que há vontade de resistir ao desemprego e ao fechamento de agências.

De outra parte, o governo Britto não desiste. O pro-

jeto de fusão do sistema financeiro estadual será encaminhado à Assembleia Legislativa neste mês de março. As linhas gerais da fusão já estão definidas. O governo quer criar um banco comercial único e uma agência de fomento não financeira. Para unificar as duas instituições, o governo terá que contornar o regime jurídico diferenciado do Banrisul, que é uma sociedade anônima com funcionários celetistas, e da Caixa Estadual, uma autarquia cujos servidores são estatutários.

As consequências da fusão serão dramáticas para os funcionários. Calcula-se que serão demitidos aproximadamente 1,8 mil. Haverá também o fechamento de muitas agências.

Banco do Brasil fecha CESEC de Caxias do Sul

Funcionários deverão ser transferidos para agências fora do Estado ou ficarão sem o emprego

No prazo máximo de 90 dias, o BB encerrará as atividades do Cesec de Caxias do Sul. É um acontecimento grave. Hoje, o Cesec tem 130 funcionários e 90 estagiários. Quanto aos funcionários, ser-lhes-á dada a possibilidade de transferência para outras agências ou demissão. O problema é que, praticamente, não há vagas no Rio Grande do Sul. Apenas em outros estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal) e, ainda, é provável que não tenha lugar para todos. E aqueles



que conseguirem a transferência terão um transtorno enorme, principalmente os que têm família. Aos demais, que não conseguirem transferência, restará a demissão.

Portanto, o fechamento do CESEC acarretará prejuízo para muitas pessoas, que de-

pendem desse emprego.

O Sindicato buscou, junto aos órgãos superiores do BB, as justificativas técnicas e administrativas para o fechamento. Não as conseguiu.

O BB teve um prejuízo de R\$ 7,5 bilhões no exercício de 1996. Em razão da

inadimplência e, também, do forte uso político do banco que faz o governo federal. Há uma pergunta que ninguém do governo quer responder: qual o custo para o BB (mas também para a CEF e o Tesouro) da manutenção da maioria parlamentar de FHC no Congresso Nacional?

Ainda pergunta-se: por que o BB é tão complacente com os grandes devedores?

No entanto, quando se trata de cortar funcionários, as decisões e os procedimentos são rápidos.



Bancos fecham na Argentina

Conforme informação divulgada em 24/02/97 pela Associação de Bancos da República (ABRA), de Buenos Aires, o "efeito tequila" e a recessão econômica causaram o desaparecimento de

50 bancos e de 226 agências na Argentina, entre dezembro de 1994 e outubro de 1996.

Segundo a ABRA, hoje a Argentina tem menos bancos, mas mais fortes.

Banespianos têm encontro no dia 15 de março

As notícias sobre cortes no funcionalismo do Banespa que chegam neste início de ano não são nada boas.

Fala-se na demissão de cinco mil funcionários e fechamento de 100 agências.

De imediato, o banco quer cortar a gratificação semestral. Por isso, os banespianos realizarão, no dia 15 de março, um Encontro Nacional a fim de se preparar contra o enxugamento pretendido pelo governo federal.

Campanha denuncia demissões no Bamerindus

Os dirigentes sindicais de todo o Brasil estão intensificando a campanha "Sinal Verde pelo Emprego" no Bamerindus e denunciando a utilização de dinheiro público para patrocinar demissões, seguindo, dessa forma, as orientações do Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Bamerindus realizado em São Paulo no dia 20 de fevereiro.

Os dirigentes sindicais decidiram também fazer um

acompanhamento técnico das negociações do banco com o Bacen, realizar uma campanha pelo fim das horas-extras e do mecanismo de compensação das mesmas.

Também será feito um seminário com parlamentares da Câmara Federal para discutir o futuro do banco e do funcionalismo.

O Bamerindus já anunciou o fechamento de 100 agências.

Itaú lucra R\$ 602 milhões

O Itaú registrou em 1996 lucro líquido de R\$ 602 milhões.

A rentabilidade do banco ficou em 15% no período em relação a um patrimônio líquido de R\$ 4 bilhões. De acordo com relatório divulgado, os ativos

consolidados somaram R\$ 32 bilhões. A base de correntistas cresceu 9,4%, com 3,9 milhões de clientes ativos. Depois da divulgação do estratosférico lucro do Bradesco e do Itaú, conclui-se que o Plano Real não prejudicou os grandes bancos.

REAGE BRASIL

CONTRA AS POLÍTICAS
NEOLIBERAIS DE FHC

CUT é favorável ao fim do Imposto Sindical



A CUT já se manifestou de maneira favorável à extinção da contribuição sindical, que equivale a um dia de trabalho por

ano (o popularmente conhecido *Imposto Sindical*). Para a Central, o recolhimento de taxas compulsórias pelos trabalhadores fere o princípio da autonomia e liberdade sindical. Os trabalhadores, voluntária e soberanamente, devem sustentar suas entidades sindicais.

A Força Sindical tem posicionamento idêntico. A Confederação Geral dos Trabalhadores, porém, não acredita que os sindicatos sobrevivam sem o Imposto Sindical.

Vicentinho deixa a Central Única

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, anunciou que não pretende ser reeleito presidente nacional da CUT. Assim, está aberta a sucessão na central. O Congresso Nacional se realizará nos dias 14, 15 e 16 de agosto, em São Paulo.

Sem dúvida a CUT perde com a não reeleição do Vicentinho. Ele é um dos

sindicalistas de maior competência, carisma e credibilidade da história do sindicalismo brasileiro.

O que nos tranqüiliza é que o Vicentinho continuará lutando com o mesmo ardor em defesa dos trabalhadores e da construção de uma sociedade mais justa e igual.



MERIDIONAL

Movimento contra fechamento de agências e demissões

Tão logo o presidente do Meridional anunciou o fechamento de 34 agências, iniciou-se um movimento de resistência organizado pela Comissão de Empresa e dos sindicatos. A resistência envolve as comunidades atingidas e os funcionários. Tem-se buscado apoio jun-

to à bancada gaúcha na Câmara Federal bem como apoio de deputados estaduais através da Comissão Externa em Defesa do Meridional Estatal da Assembleia Legislativa.

No RS, serão desativadas 19 agências.

Aliás, notícia ruim tem de

sobra para os funcionários do Meridional. O Banco não pagará a participação nos lucros e resultados, alegando ter dado prejuízo no exercício de 1996. Também comenta-se que em breve o Meridional voltará a fazer parte do Programa Nacional de Desestatização (PNB).

Voz do Bancário

O jornal *Voz do Bancário* é uma publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS

Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405

Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz - Jornalista responsável: Dirce Perini - RP: 5029-18/33

Editoração Eletrônica: Traço Diferencial (220.1650)

Fotolitos e impressão: Jornal Pioneiro - Tiragem: 2.300 exemplares

BB, Banrisul e Meridional instituem trabalho gratuito

Demissão de funcionários e não-pagamento de horas extras prejudica o atendimento

Há alguns anos havia diferenças consideráveis entre bancos estatais e bancos privados do ponto de vista das relações trabalhistas. Hoje, já não se pode dizer o mesmo. Aliás, em certos aspectos, os bancos estatais são piores.

Um exemplo está no não pagamento de horas extras. O Banco do Brasil, o Banrisul e Banco Meridional têm

abusado desse expediente ilegal e ilegítimo.

Esquecem que o trabalho gratuito foi oficialmente extinto com o fim da escravidão no século passado.

O que chama atenção é que esses bancos demitiram milhares de funcionários nos últimos anos. O Meridional é o campeão das demissões. Ora, até as nuvens sabem que a realização de horas extras se dá em função da falta de funcionários. Pergunta-se: por que então demitiram? Por que pretendem continuar demitindo?

A falta de funcionários, além de aumentar o número de horas extraordinárias trabalhadas gratuitamente, tem gerado reflexos no atendimento ao público. O campeão das reclamações é o Banrisul.

Multiplicam-se as reclamações dirigidas ao sindicato por parte de clientes. Quem tiver dúvida, faça uma experiência: enfrente as filas nas agências do banco na primeira quinzena do mês. Muitos pensam que a culpa é dos bancários que estão trabalhando. A culpa é de quem dirige o banco.



O Sindicato dos Bancários repudia a carga de trabalho e a exploração a que estão submetidos os empregados destas três instituições.

Por isso, já protocolou denúncia junto à Subdelegacia Regional do trabalho de Caxias do Sul e pediu fiscalização rigorosa. É uma barbárie que, em pleno fim do século XX, se imponha o trabalho gratuito, ainda mais em um setor que se diz moderno, como o financeiro.

Banespa fecha agências sem embasamento técnico

Decisão é política e deixará 200 mil pessoas sem atendimento bancário

O fechamento de 91 agências do Banespa, dentre as quais 57 agências pioneiras, poderá deixar mais de 200 mil pessoas sem atendimento bancário. A maioria das unidades anunciadas registrou lucro em 96. Do total, apenas 29 são deficitárias. Logo após o anúncio, a Executiva dos funcionários reuniu-se com o interventor Edson Domingues, para apurar os critérios e a situação dos funcionários das agências afetadas.

Edson Domingues afirmou ser uma decisão necessária para o futuro Banespa, tanto quanto a poda de uma árvore. O interventor enumerou razões para os fechamentos: perfil de despesas e receitas; localização não estratégica; remuneração baixa ou nega-

tiva do capital investido; proximidade de outras agências do Banespa; fim da alta rentabilidade que a dívida do Estado de São Paulo proporcionava ao banco e demonstrativo histórico dos lucros e perdas gerenciais. Sobre a situação dos funcionários, Edson Domingues afirmou que não há lugar para todos.

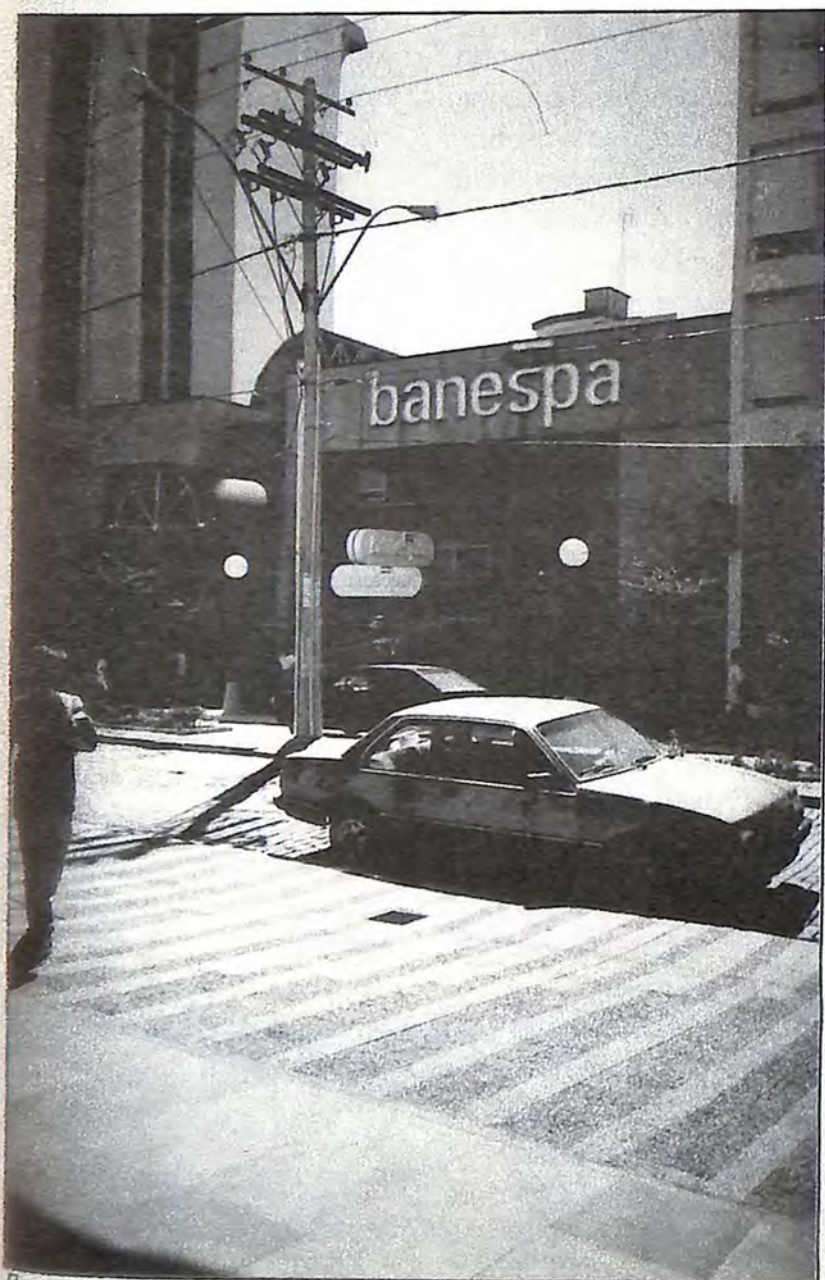
Na avaliação da Executiva, nenhum dos critérios é condizente com a realidade do banco.

É inadmissível dizer que grandes capitais como Fortaleza, Salvador, Recife e Cuiabá não têm potencial para ter agência do Banespa. A Executiva constatou tratar-se de decisão sem qualquer embasamento técnico. O governo federal e a intervenção afirmam que após

refinanciamento da dívida estadual, o banco passará a contabilizar prejuízos mensais da ordem de R\$ 20 milhões. Contudo, estudos apontam que o número está longe de ser atingido. Projeção de aplicação de recursos do Banespa mostra que, no primeiro semestre de operação normal, sem as contas do Estado, o banco registraria no período um resultado final negativo de apenas R\$ 1 milhão. Cifra bastante distante dos R\$ 20 milhões alardeados. Isso prova tratar-se de decisão política, e, o que é pior, não irá parar por aí.

Por isso, precisamos estar mobilizados para fazer pressão no sentido de que o Banespa volte a operar.

Condições existem, basta vontade.



Banespa fecha 91 agências; a de Caxias do Sul será mantida

Bancos aumentam lucro em 96

Pesquisa da Austin Asis com 120 bancos mostrou que o lucro médio sobre o patrimônio líquido do setor foi de 13,2% no ano de 1996, ante 12,18% em

1995. Juros reais pagos pelo governo em seus títulos, redução de despesas com funcionários e ganhos com tarifas foram as principais razões do crescimento.

Bradesco demitiu 7 mil em um ano

Estudo feito pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo mostra que foram demitidos 7 mil bancários no período de dezembro/95 a dezembro de 1996 em todo o país. No mesmo período, calcula-se

que 150 foram os demitidos nas agências do Bradesco no Rio Grande do Sul.

Estima-se que, em 1997, as demissões do Bradesco deverão ser na ordem de 10% a 12% do quadro.

Cutolo coloca CEF a serviço do sistema financeiro falido

A CEF fechou 96 com R\$ 13,4 bilhões em caixa, mas o dinheiro não está sendo utilizado para financiar moradia e sim para fazer aplicações no mercado. A CEF só está em condições de socorrer os bancos estaduais, entre eles o Banerj, porque nunca seus cofres estiveram tão abarrotados. Ao contrário do que ocorria dois anos atrás, quando a empresa apresentou déficit de R\$ 4,4 bilhões e precisava buscar diariamente R\$ 500 milhões no mercado para fechar suas contas, hoje a Caixa é doadora de recursos.

No entanto, esse dinheiro não está sendo utilizado para financiar imóveis e sim para fazer aplicações no mercado. Calcula-se, por exemplo, que R\$ 4 bilhões desse total estejam sendo utilizados para fechar as contas do Banespa, diariamente. O restante deve estar sendo aplicado no

interbancário.

O principal trabalho da CEF para encerrar o ano de 1996 nessa posição de liquidez foi certamente o de recuperação do FGTS. No fim de 94, a Caixa apresentava um saldo negativo de R\$ 3,8 bilhões de FGTS.

Com o trabalho de cobrança aos devedores do Fundo de Garantia, fechou 96 com saldo positivo de R\$ 9 bilhões.

Os dados acima demonstram que a gestão Cutolo estabeleceu como prioridade absoluta dar sustentação à política de FHC no setor financeiro. Política esta que consiste em socorrer banqueiros e em sanear os bancos estaduais para entregá-los a iniciativa privada. Além de não estar financiando a casa própria e nem aplicando em políticas sociais, a CEF trata a pão e água seus empregados.

A máquina não é tudo



Clientes têm dificuldades na utilização de serviços automatizados e preferem atendimento humano

Segundo matéria do órgão de informação *Hora da Análise*, dos funcionários do Bamerindus, de março de 1997, uma pesquisa realizada com o apoio da Febraban mostra dados interessantes. Foram entrevistadas 200 pessoas. 79% dos clientes gostam de fazer amizade com os funcionários das agências onde têm conta; 87% acham os caixas eletrônicos inseguros e 58% preferem pagar contas nas agências bancárias.

A maioria dos entrevistados diz ter dificuldades para utilizar os serviços bancários automatizados. 52% preferem os cheques aos cartões de débito, e 59% acham difícil controlar o saldo utilizando o cartão. Isso prova que a automatização não suprime a importância do bancário. O cliente ainda prefere o atendimento humano.

Britto empresta R\$ 253 milhões para a GM

O governo do Rio Grande do Sul repassou, em março, R\$ 253 milhões para a General Motors instalar sua fábrica no Estado.

O próprio governo confirmou a informação após a denúncia do deputado estadual Flávio Koutzi (PT/RS). Segundo Koutzi, os valores pagos para a GM são quase o dobro do que foi investido pelo governo no Estado em 1996, a saber, R\$ 141 milhões. A empresa tem 15 anos para devolver o empréstimo.

O investimento previsto para a fábrica de Gravataí é de R\$ 600 milhões. Segundo informação da GM, 40% do dinheiro virá dos fornecedores (R\$ 240 milhões), sobriam R\$ 360 milhões para a montadora.

Com o empréstimo de R\$ 253 milhões para pagar em 15 anos, a GM, para tocar as obras, colocará apenas R\$ 100 milhões. Antigamente, a isso se dava o nome de "negócio da China".

CUT quer regulamentar contribuições sindicais

Depois de infrutíferas negociações com as demais centrais e o governo, a CUT decidiu apresentar projeto próprio sobre as contribuições sindicais. O projeto da central prevê o fim do imposto sindical (um dia de trabalho do mês de março) e a contribuição assistencial (descontada

na data base da categoria). Propõe a criação da contribuição negocial, que substituiria a atual contribuição confederativa. A cobrança e o percentual sobre o salário da contribuição negocial seriam decididos em assembléia.

Um dos requisitos da contribuição negocial seria o

quórum mínimo de 10% dos associados para a sua aprovação.

Certamente esse quórum será objeto de polêmica até mesmo dentro da central. Quantas seriam as categorias capazes de reunir 10% em uma assembléia na atual conjuntura econômica?

Central propõe redução da jornada de trabalho

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, apresentou, no dia 19 de março passado, ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, proposta de redução imediata da jornada de trabalho, sem redução de salários. Das atuais 44 horas passaria para 40 horas semanais.

Segundo cálculo do Dieese, feito a pedido da CUT, a redução da jornada criaria 3,6 milhões de novos postos de trabalho no país. O cálculo foi feito com base nos



resultados obtidos em 1988 com a redução da jornada de 48 para 44 horas.

Na proposta apresentada pela central, há ainda mais dois pontos: flexibilização da jornada e a diminuição dos encargos sociais para as empresas que a reduzirem e contratarem. Quanto a esses dois pontos, ainda há resis-

tência na CUT, pois nem todos são favoráveis que se reduzam impostos aos empresários. Por isso, busca-se uma fórmula para que municípios, estados e União não percam com a redução de encargos. A idéia, em princípio, é calcular as alíquotas de desconto para as empresas de acordo com o número de novos contratados. Quanto mais as empresas contratarem, maior desconto elas teriam, até um limite que não reduzisse a massa de arrecadação.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405

Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz

Jornalista responsável: Dirce Perini - RP: 5029-18/33

Editoração Eletrônica: Traço Diferencial (220.1650)

Fotolitos e impressão: Art & Gráfica Ltda

Tiragem: 2.000 exemplares

Trabalho gratuito é crime!

Por qualidade no
atendimento
Fim das filas
Mais emprego
Mais saúde
para os
bancários



Voz do Bancário

FILIADO À **CUT** BRASIL

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 14 Nº 74 - AGOSTO/97

Inicia campanha salarial

O dia 21 de agosto marcou o lançamento oficial da campanha salarial de 1997. Isso significa que nossa campanha já está nas ruas e o sucesso dela só depende do empenho de cada bancário. Precisamos mostrar que estamos mobilizados. Este ano, os bancários estão reivindicando um reajuste de 23,8%. Esse índice significa a soma do ICV-DIEESE de 11/09/96 a 31/08/97 (7,54%) com o resíduo do INPC de 1996 (3,14%) mais o índice de produtividade (1,63%). A pauta unificada, entregue no último dia 7 à Fenaban, prova que estamos frente a um desafio. Mesmo assim, temos dados que nos dão a base para a reivindicação. Desde a implantação do Real os

banqueiros só tiveram lucros. No primeiro semestre deste ano, eles tiveram o melhor resultado do período do Real enquanto os bancários perderam 180 mil vagas e conquistas históricas.

A título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a categoria está pedindo 25% do lucro bruto dos bancos, com cálculo e pagamento semestral com base nos balanços. Afinal, se não fosse o nosso trabalho como os bancos teriam lucro? Os bancos que não tiveram balanço publicado ou que não apresentarem lucro pagarão abono no valor mínimo igual à menor participação nos lucros verificada. Para os pisos e demais verbas foram mantidos os valores

reivindicados no ano passado, acrescidos do reajuste de 23,8%.

BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil apresentou pauta específica de reivindicações para a

campanha salarial de 1997. O índice do BB totaliza 37,13%. O percentual é referente ao reajuste salarial pelo ICV-DIEESE de 7,49%, à produtividade de 11,64% e ao resíduo do INPC 96/97 de 14,28%.

Eixos da luta

Salário

Emprego

Auxílio-educação para todos

Semestralização da participação nos lucros

Defesa da Previdência Pública e a instituição da
Previdência Complementar para todos os bancários

Saúde e segurança

Defesa dos bancos públicos

REAJUSTE SALARIAL DE 7,54
(ICV-DIEESE de ago/96 a jul/97)
RESÍDUO DO INPC 95/96 DE 3,14%
PRODUTIVIDADE DE 11,63%

23,82%

DIA DO BANCÁRIO

No Dia do Bancário, 28 de agosto, comemore conosco com coquetel na sede campestre do Sindicato.
Show com Laco & Edson. Início às 20h30min

**VIEMOS
BUSCAR O
NOSSO!**



PF indicia nora de FHC

Inquérito da Polícia Federal revela rombo de R\$ 9,2 bi no Nacional

A Polícia Federal concluiu na metade do mês de agosto que as supostas fraudes no Banco Nacional causaram um rombo de R\$ 9,2 bilhões, quase o dobro do valor estimado na época da intervenção do Banco Central, em 1995. Foram indiciadas por gestão temerária e fraudulenta 39 pessoas, entre elas a nora do presidente Fernando Henrique

Cardoso, Ana Lúcia Catão de Magalhães Pinto, casada com o filho de FHC, Paulo Henrique Cardoso. Ela era integrante do Conselho de Administração do banco. Os outros acusados são integrantes do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Controladoria, Vice-Presidência de Operações e Diretoria, além de um diretor da

KPMG, empresa encarregada da auditoria do banco.

O Banco Nacional foi o primeiro a se beneficiar do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), instituído pelo governo federal e que tirou dinheiro da educação e da saúde para salvar os bancos privados. Mais uma vez

socializa-se o prejuízo, desmascarando a farsa do discurso neoliberal.

O inquérito com cerca de 90 volumes e mais de 70 mil páginas foi entregue à Procuradoria Geral da República, que pode denunciar ou não os indiciados à Justiça. Se a Justiça aceitar denúncia os acusados poderão ser processados.

CUT

Vicentinho foi reeleito para a presidência nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A presidência da CUT RS ficou com o presidente dos Metroviários, Francisco Vicente.

Bancários têm nova diretoria

O Sindicato dos Bancários iniciou o mês de agosto com a posse da nova diretoria. Eleito no dia 18 de junho com 91,06% dos votos dos bancários da região, o colegiado vai ficar à frente do sindicato por três anos. Entre os compromissos desta gestão estão o fortalecimento do sindicato, a organização de base da categoria, a defesa dos bancos públicos e o apoio e participação na organização da classe trabalhadora.

Outra bandeira estratégica para esse mandato é a luta contra o desemprego. O fechamento



de postos de trabalho nos bancos e no sistema financeiro – sem possibilidade de reabertura – está acontecendo com uma rapidez inesperada. Intensifica-se o ritmo

de trabalho, trabalha-se de graça e os direitos são reduzidos. Por isso o sindicato se posiciona a favor dos trabalhadores e pela defesa dos direitos dos bancários.

EXPEDIENTE

VOZ DO BANCÁRIO

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Diretor de Imprensa: Mauro Luiz Ceccon
Jornalista Responsável: Daniela Goulart - MTB 7533/34/42

Editoração Eletrônica: Hermes Lorenzon Nunes
Fotolitos e impressão: Art & Gráfica Ltda
Tiragem: 2.300 exemplares
Agosto 1997

Conheça seus representantes

Secretaria de Organização e Política Sindical

Coordenador: Pedro Justino Incerti

Integrantes: Edmundo Velho Brandão, Vaine Terezinha Andreguete, Ilse Dalcin e Jocelin Batista da Silveira

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

Coordenador: Gerson Antônio Toigo

Integrantes: Vicente Malfatti, Albano Voltz, Joni Grasseli, Mauro Eugênio Mutterle e Rosane Caldart

Secretaria de Movimentos Sociais

Coordenador: Arquimedes Ventura Roco

Integrantes: Ignez nardi Bergamo e Rosely da Cunha Padilha

Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho

Coordenador: Vilmar José Castagna

Integrantes: Gilberto Afonso Bassotto e Luiz

Antônio Moreira da Fonseca

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Coordenador: Gilberto Mazzuchini

Integrantes: Valdir Vargas dos Santos e Alexandre Luiz Canal

Secretaria de Imprensa

Coordenador: Mauro Luis Ceccon

Integrantes: Gilmar Tadeu Maschio, Nestor João Rech e Nelson Antonio Bebbler

Secretaria de Formação

Coordenador: Ademar Henrique Bellini

Integrantes: Daniela Amoretti, Gelso Fernando Marcon e Ricardo Garcia Sinott

Conselho Fiscal

Titulares: Zaira Inês Grazziero Regalin, Eduardo Teresan e Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues
Suplentes: Rafael João Campagnolo, Ariovaldo Adão Filippi e Sérgio Luiz da Rosa Ludwig

Cerco às entidades sindicais

Um conjunto de iniciativas dos poderes Executivo e Judiciário tem alvejado as organizações dos trabalhadores com nítido propósito de debilitar suas ações em defesa dos segmentos que representam. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), em uma de suas mais recentes publicações, divulgou que desde o início do mandato do presidente Fernando Henrique já foram tomadas mais de 45 medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores. O cerco aos sindicatos, por exemplo, tem procurado debilitar a atuação das entidades representativas de classe. Decisões judiciais, medidas provisórias, decretos, projetos de lei e portarias, além de tentar fragilizar as organizações, querem impor um clima de medo e pânico aos assalariados que essas entidades representam. São exemplos disso:



DECISÕES JUDICIAIS

1. Retorno do efeito suspensivo, via medida cautelar, de ações anulas nas instâncias inferiores da Justiça do Trabalho.
2. Aceitação de ações rescisórias em matérias já transitadas em julgado, especialmente em relação aos planos Bresser, Verão e Collor.
3. Restrição da cobrança de contribuições definidas em assembléias, notadamente as confederativa, assistencial ou de êxito, apenas aos associados das entidades sindicais.
4. Aplicação de multa por motivo de greve.
5. Proibição aos tribunais do trabalho, em julgamento de dissídios coletivos, de assegurarem vantagens e garantias aos trabalhadores além daquelas expressamente previstas em lei, entre outras

MEDIDAS ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO

1. Portaria 865/95 do MTb que impede a atuação, por parte dos locais do trabalho, de empregadores que descumprirem deveres constantes em acordos e convenções coletivas.
2. Portaria que autoriza a redução de direitos assegurados em lei mediante acordo ou convenção.
3. Decreto 2100/96 denunciando a Convenção 158 da OIT que proíbe a demissão imotivada do trabalhador.
4. MP 1.463 que institui contribuição para os servidores inativos da administração pública federal.
5. MP 1.488 que trata da desindexação da economia, acabando com a política salarial e restringindo negociações coletivas.
6. MP 1.522 que autoriza a demissão de servidores públicos não-estáveis e extingue o tíquete alimentação.
7. MP 1.523 que acaba com aposentadorias especiais e proíbe a contagem de tempo rural.
8. MP 1.527 que institui o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para a demissão de 35 mil servidores públicos federais.
9. Decreto 2.066, de 12 de novembro de 1996, limitando o número de dirigentes sindicais do setor público e cortando-lhes a remuneração.
10. Emenda Constitucional no. 3, que institui a Ação Declaratória de Constitucionalidade.

MEDIDAS PROPOSTAS AO CONGRESSO PELO EXECUTIVO

1. Projeto de lei 1.724/96 instituindo contrato temporário, precarizando as relações de trabalho.
2. PEC 33/96 sobre Reforma da Previdência, suprimindo ou reduzindo direitos previdenciários.
3. PEC 173/95 sobre Reforma Administrativa, suprimindo ou reduzindo direitos dos servidores.
4. Projeto de Lei 1.231/91, cuidando da negociação coletiva e flexibilizando direitos trabalhistas.
5. Projeto de Lei 1.232/91, tratando da organização sindical, com extinção da contribuição, e instituindo a pulverização sindical.
6. Projeto de Lei 1.802/96, que institui multa pelo exercício do direito de greve.
7. Projeto de Lei 4.864/94, que substitui a CLT suprimindo vários direitos.
8. Projeto de Lei 3.549/93, que restringe a atuação do sindicato como substituto processual.

ALÉM DESTAS, EXISTEM AINDA:

1. O anteprojeto regulamentando a demissão imotivada, propondo a redução das indenizações por ocasião da demissão do trabalhador, com o barateamento da dispensa do empregado.
2. A reforma do Judiciário, que embora não seja de iniciativa do Poder Executivo, conta com seu apoio e simpatia, e propõe o fim do efeito suspensivo, institui o efeito vinculante nas decisões judiciais.
3. Proposta da Comissão Permanente de Direito Social que restringe o direito de greve, acaba com as contribuições em favor do sindicato e flexibiliza os direitos sociais.
4. Proposta do Conselho de Reforma do Estado de tornar definitivas as rescisões de contratos de trabalho homologadas por sindicatos ou pela delegacia regional do trabalho, proibindo a reclamação posterior de direitos não pagos.

Governo FHC quer cortar direitos

Projeto de Reforma da Previdência já está em votação no Senado

O Senado deve concluir em setembro a votação do projeto do senador Beni Veras (PSDB/CE) para a Reforma da Previdência. O assunto tem se arrastado no Congresso sem que o governo tenha, ainda, conseguido o êxito e a agilidade esperadas. No entanto, a base parlamentar está se mobilizando. Segundo informações do próprio relator Beni Veras, até dezembro o projeto deve estar votado. Se o calendário não sofrer alterações, a emenda passará pelos seguintes

trâmites: votação em dois turnos no Senado, análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e nova votação, também em dois turnos, na Câmara.

Nesse momento decisivo, é fundamental a participação de todos, que devem divulgar esta verdadeira afronta e lutar contra a retirada dos direitos, pressionando os parlamentares. Só para se ter uma idéia, o substitutivo do senador Beni Veras institui, entre outras, a seguinte regra: transforma automaticamente o

tempo de serviço em tempo de contribuição. Na prática, isso significa condenar milhões de trabalhadores pobres e sem registro em carteira a esperar os 65 anos (60 para mulheres) para receber o benefício de um mínimo.

Para tentar evitar uma perda maior para os trabalhadores, a senadora Emília Fernandes (PDT/RS) está propondo retirar do substitutivo do relator a idade mínima de 60 anos (homens) e 55 (mulheres) para aposentadoria pelo INSS ou pelo Serviço

Público. Já o senador José Alvaro (PFL/SE) propõe que fique assegurada a concessão de aposentadoria ou pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação da emenda, aos que nos próximos cinco anos que lhe forem subsequentes cumpram os requisitos para obtê-las.

A CUT e os sindicatos têm acompanhado de perto todos os passos dessa reforma. Para saber de verdade as intenções do governo, veja os quadros abaixo.

Prejuízo em anos

Caso do homem que começa a trabalhar aos 14 anos

Anos de contribuição acumulados	Anos que faltam pela lei atual	Anos que faltam com a reforma	Perda em anos de aposentadoria
0	35	46	11
2	33	39,6	6,6
5	30	36	5
10	25	30	4
15	20	24	4
25	10	14	4
34	1	5	0

* Para a mulher são necessários cinco anos a menos de trabalho. No saldo, a perda em anos de aposentadoria é igual. Fonte: tabela elaborada com base no substitutivo de emenda constitucional número 33, aprovado em 17/07/97 pela CCJ do Senado.

Meridional prejudica funcionários

O recebimento do contracheque no final do mês tem trazido uma infeliz surpresa para alguns funcionários do Banco Meridional. Sem qualquer consideração, a diretoria vem promovendo descomissionamento de pessoal, com conseqüente redução de salários. Essas decisões precisam ser repudiadas pela violência que representam, em especial no orçamento familiar.

A questão é saber se a atitude já pertence aos novos compradores, que de um lado querem o banco mais enxuto e de outro provocam um passivo, que certamente não entrará na negociação.

O quanto você perde

DIREITOS	CONSTITUIÇÃO ATUAL	PROPOSTA DA CUT	RELATÓRIO BENI VERAS (PSDB)
Aposentadoria por tempo de serviço (setores público e privado)	Aos 35 anos de serviço para os homens e 30 de serviço para as mulheres	Manter a Constituição atual	Aposentadoria por idade + tempo de contribuição Homens = 60 anos e 35 de contribuição Mulheres = 55 anos e 30 de contribuição Há ainda uma transição para os atuais integrantes, exigindo 53 anos para homens (com contribuição de 35 anos) e 48 anos para mulheres (com contribuição de 30 anos).
Aposentadoria Proporcional	Aos 30 anos para homens e 25 para mulheres	Manter a Constituição atual	É eliminada para os novos e continua para os que já estão com transição, aumentando o tempo de contribuição dos atuais quatro meses (para quem tem 29 anos de serviço hoje) e mais 10 anos e 6 meses (para quem tem um ano de previdência hoje)
Regime de Previdência	Previdência pública até 10 salários mínimos e integral para servidores	Geral para todos até 20 mínimos com proventos integrais	Até 10 salários mínimos para servidores públicos e do setor privado. Servidores acima disso terão 70% dos vencimentos. Os militares continuarão com o sistema atual
Aposentadorias Privilegiadas (parlamentares, prefeitos)	Mantém essas aposentadorias	Cortar todas e colocá-las no regime geral	Relatório não profere e remete para lei específica para manter os privilégios
Acidente do Trabalho	Mantém público no INSS	Manter público com gestão bipartite descentralizada	Passa para as seguradoras privadas

Fonte: Central Única dos Trabalhadores



Trabalho gratuito é crime!
 Por qualidade no
 atendimento
 Fim das filas
 Mais emprego
 Mais saúde
 para os
 bancários



Voz do Bancário

FILIADO A **CUT** BRASIL

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 14 Nº 75 - SETEMBRO/97

Banqueiros querem dar só 4%

E ainda pretendem tirar conquistas históricas da categoria. Agora só resta mobilização

Foto MLC - 18/set/97

A Executiva Nacional dos Bancários rejeitou no dia 16 de setembro a proposta de reajuste apresentada pela Fenaban. A verdadeira provocação dos banqueiros, representados pela Comissão de Negociação formada pelo Itau, Bradesco, HSBC Bamerindus, Unibanco e BCN vai além. A Fenaban quer acabar com o anuênio e abrir caminho para a retirada da gratificação semestral. Como não bastasse, os cartolas do sistema financeiro nacional ainda querem uma mediação para conflitos individuais na homologação, o que retiraria a decisão do âmbito da Justiça.

O índice de 4% chega a ser uma afronta. Não repõe a inflação do período, não reconhece o resíduo do INPC (veja o quadro abaixo) e despreza por completo a questão da produtividade. Além disso, o reajuste está em dessintonia com os lucros apresentados pelos bancos neste primeiro semestre.

A proposta de suprimir da



COFRES CHEIOS - Bancos têm lucro recorde no primeiro semestre e endurecem nas negociações salariais

Convenção o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para os bancários que forem admitidos a partir de outubro (incorporando o ATS para os atuais bancários e pagando uma indenização de R\$ 300 pela expectativa dos anuênios futuros) se insere na lógica de tirar direitos da convenção, eliminando custos além do salário. Na mesma

sintonia está a proposta de eliminar a Gratificação Semestral para os bancários admitidos também a partir de outubro. Com isso cria-se a lógica de que os futuros bancários serão mais baratos e que os velhos passam a ser um ônus, já que trazem consigo o pagamento de conquistas antigas. Os banqueiros, assim, recomendam que se de-

mitam os velhos e se contrate novos.

Outras reivindicações foram esquecidas nesta primeira contraproposta dos banqueiros, como a isenção de tarifas bancárias aos empregados, o fundo de previdência complementar e as questões da saúde. Não podemos esmorecer. A hora é de mobilização e luta.

O que queremos

Descanso de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho, para atividade que possa provocar lesões por esforços repetitivos, sem desconto para o trabalhador.

Jornada de 25 horas semanais
 Horário de atendimento ao público das 9h às 17h, com dois turnos de trabalho para os bancários

Reivindicações da campanha nacional dos bancários

Reajuste salarial (ICV/DIEESE SET/96 A AGO/97)
 Resíduo INPC 95/96
 Incorporação do ganho de produtividade 96/95
TOTAL

FENABAN	BB/CEF
6,71%	6,71%
3,14%	14,28%
11,63%	11,63%
22,86%	36,13%

LER, a consequência da repetição

Excesso de trabalho pode causar invalidez permanente

Digitação. Velocidade. A combinação dessas duas funções pode se transformar em invalidez se não for evitada. As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) afetam em especial os digitadores, operadores de computador, programadores, compensadores e caixas executivos. A repetitividade de tarefas e má-postura provocam inflamações de músculos, tendões e nervos dos membros superiores.

No Brasil, a legislação reconhece a gravidade dos esforços repetitivos. A Norma Regulamentadora 17 (NR 17), a chamada norma da ergonomia, estabelece importantes regras para prevenir o avanço da LER. Pela NR 17, todo o processamento eletrônico de dados não pode,

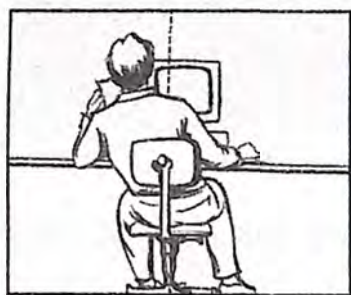
por parte do empregador, ser avaliado quantitativamente, para efeito de remuneração ou vantagem de qualquer espécie. Ninguém pode ser obrigado a teclar mais de 8 mil toques por hora trabalhada, incluindo nisto cada movimento sobre o teclado. O tempo efetivo de entrada de dados para digitação não deve exceder cinco horas. O restante da jornada deve ser ocupada em outras atividades.

A NR 17 também afirma que a cada 50 minutos envolvido com digitação o funcionário deve compensar com intervalos de 10 minutos, não-descontados da carga horária normal da atividade. E mais: o retorno ao trabalho, após afastamento de 15 dias, deve corresponder a níveis

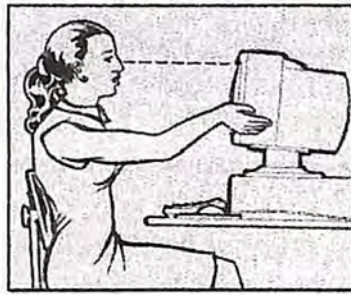
menores de produção no teclado, sendo ampliados gradativamente.

É claro que entre a NR 17 e a realidade vivida nos bancos existe quase um abismo. Algumas instituições, como a Caixa Federal, divulgam cartilhas com dicas para evitar a LER. Isso, no entanto, não é suficiente, se não vier acompanhada de uma postura de real valorização do bancário. A redução do quadro funcional submete os funcionários a cargas horárias em total desprezo com a lei. O excesso de serviço faz com que as horas-extras trabalhadas se acumulem em inflamações nos tendões, provocando danos irreversíveis à saúde do trabalhador em detrimento dos lucros dos banqueiros.

Correção de postura



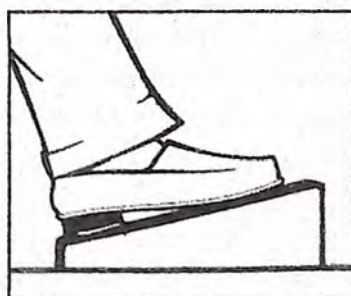
Evite sentar-se torto. Regule, sempre que for necessário, a altura do seu assento, sentando-se sempre alinhado com o eixo da cadeira.



Ajuste a altura do monitor de vídeo, de modo que a linha superior da tela fique, no máximo, na altura dos seus olhos. Nunca acima.



Evite a torção do tronco ao utilizar o telefone.



Utilize apoio para os pés, de modo a não deixá-los pendurados.

Fonte: Para não sentir o que é LER, use a cabeça, manual editado pela Caixa Econômica Federal

EXPEDIENTE

VOZ DO BANCÁRIO

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.
Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Diretor de Imprensa: Mauro Luiz Ceccon

Jornalista Responsável: Daniela Goulart - MTB 7533/34/42

Editoração Eletrônica: Hermes Lorenzon Nunes

Fotolitos e impressão: Art & Gráfica Ltda

Tiragem: 2.300 exemplares

Setembro 1997

TOQUE DE CAIXA

* Os funcionários do Banespa de Porto Alegre obtiveram uma conquista judicial. A 7ª Junta de Conciliação e Julgamento atendeu a ação movida pelo Sindicato dos Bancários condenou o Banespa a pagar o reajuste de 10,8%, retroativo a 1º de setembro de 1996, além de multa estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho. Em Caxias, a ação contra o Banespa não foi julgada.

* O 7 de Setembro foi marcado pelo 3º. Grito dos Excluídos. Em mais de 800 cidades do país foram realizadas passeatas com cartões vermelhos, apitos e palavras de ordem contra a política do governo Fernando Henrique Cardoso.

* Mais um banco estadual está a caminho da privatização. O Banco do Estado do Paraná (Banestado) poderá ter seu controle acionário transferido. A proposta já está em estudo pelo Banco Central e admitida pelo governador paranaense, Jaime Lerner (PFL), que até dias atrás era contrário à privatização da instituição.

* Uma legião de bancos estrangeiros começa a invadir o mercado no Brasil. Estão chegando gigantes como a Korea Exchange Bank (KEB), o espanhol Santander, o inglês HSBC e o francês Banco Societe Generale.

* Erramos: na contracapa da edição anterior da Voz do Bancário, erramos ao informar o quanto o trabalhador vai perder em anos de aposentadoria com a Reforma da Previdência. Na verdade, o homem que começar a contribuir a partir de agora, perderá 11 anos. Se pela lei atual faltam 35, pela nova serão 46 anos de contribuição.

Basta de trabalho gratuito

Sindicato denuncia BB, CEF, Meridional e Banrisul ao Ministério do Trabalho

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e região denunciou à Delegacia Regional do Trabalho o Banco do Brasil, Banrisul, Meridional e Caixa Econômica Federal, entre outros, pelo descumprimento das regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A ação, deflagrada ainda em junho, faz parte de uma ampla campanha contra o trabalho gratuito e as consequências na qualidade do atendimento à população. Sob o slogan *Só relógio trabalha de graça - Trabalho de graça é crime*, a campanha tem como objetivo denunciar as instituições que desrespeitam os bancários tantas vezes quantas elas violarem os direitos trabalhistas.

Como prova de que o abuso dos bancos supera todos os limites, o horário de trabalho dos colegas tem se estendido para além das seis horas normais e o pior - sem o devido pagamento das horas extras. Essa política adotada pelos bancos, que instaura planos de demissão voluntária, é mais um reflexo da eliminação dos postos de trabalho. Os bancários têm cumprido mais de oito horas diárias, sem contar as convocações em sábados e domingos, para cursos e outras atividades de interesse da empresa, sempre não-remuneradas. E nos dias de maior pique nas agências, entre 1º e 10 de cada mês, a rotina é ainda mais desgastante.

O descumprimento da lei afeta uma conquista de décadas. A primeira manifestação pela redução da jornada nos bancos iniciou em 1932. No ano seguinte, a reivindicação foi atendida via decreto-lei, mas sem garantias de real aplicabilidade. Hoje, as seis horas diárias constam no artigo 224 da CLT. Mesmo assim, os ban-



Denuncie ao Sindicato

A campanha contra o trabalho gratuito só terá sucesso com a participação de todos. Além de cartazes, adesivos e denúncias na imprensa, o sindicato está desenvolvendo ações específicas, como:

- Formalizar as denúncias às subdelegacias do Ministério do Trabalho
- Fiscalizar o correto preenchimento do "ponto" dos funcionários (de acordo com as horas realmente trabalhadas)
- Distribuir boletins aos clientes, esclarecendo as causas do mau atendimento e a superexploração dos bancários.

E atenção: se no seu banco estiver ocorrendo casos de trabalho gratuito, não se deixe intimidar. Denuncie ao sindicato através do fone (054) 223.2166 que serão tomadas as devidas medidas legais. E importante lembrar que os bancos serão denunciados tantas vezes quanto violarem a legislação trabalhista. Só assim conseguiremos fazer justiça.

queiros dão uma de espertos e conseguem, com jeitinho, sacanear a categoria, através do fracionamento do horário de trabalho e dos falsos comissionamentos.

Com o fracionamento do tempo de trabalho, introduzindo o intervalo de uma hora para almoço, os banqueiros impõem dois turnos de trabalho, extrapolando a jornada. Nesse sentido a lei é bem clara: bancários devem trabalhar seis horas, com

15 minutos para alimentação. Outra forma encontrada para burlar a lei é o comissionamento. A direção atribui ao funcionário um suposto cargo de chefia, obrigando-o a cumprir horas extras sem remuneração por ser de confiança do banco. Formalmente, os banqueiros alegam que a comissão cobre o trabalho excedente, enquanto deveria apenas compensar as responsabilidades da função.

Este é o Bancarinho. Hoje você vai conhecer com ele os números que o seu banco não mostra

* Os bancos deixam de pagar cerca de R\$ 330 milhões/ano em horas extras.

* Só com as receitas de serviços o Itaú cobriu 128% da folha de pagamento no 1º semestre de 97.

* Apesar da choradeira, em 96 os bancos tiveram um lucro 75% maior que o de 92.

* Nos cinco últimos anos o lucro acumulado dos bancos foi de US\$ 17,32 bilhões.

* O ativo total dos bancos cresceu 31% em relação ao 1º semestre de 96.

* As receitas com prestação de serviço cobradas pelos nove maiores bancos privados em 96 cobriram 75% da despesa de pessoal.



BB e CEF: um ano de *nhenhên*

Bancos ameaçam com demissões e CEF dá aumento só para gerentes

Disposta a não pagar o reajuste de 36,13% pedido pelos funcionários - sem aumento desde 1995 - a diretoria do Banco do Brasil resolveu ameaçar os bancários com demissão. Por meio de uma carta, distribuída aos funcionários no dia 1 de setembro, o Banco afirma que para cada ponto percentual de reajuste seria necessário reduzir cerca de 1.250 postos de trabalho, como forma de neutralizar o impacto na folha e manter o controle sobre o nível atual das despesas com o pessoal.

Em contrapartida a proposta, o BB propôs fechar o acordo coletivo 96/97 prevendo um abono escalonado de até R\$ 2 mil. Como forma de legitimar a proposta e de alijar as entidades sindicais da discussão, a diretoria implantou uma "consulta" eletrônica aos funcionários sobre o acordo. Os funcionários, no entanto, não deram guarida e demonstraram a sua indignação: 19.146 votaram pelo

não, 25.659 se abstiveram, 28.573 votaram pelo sim e 4.382 anularam o voto.

Vale ressaltar que, por decisão da Executiva Nacional dos Bancários, em momento algum a consulta individual substituiu ou obriga as entidades sindicais a assinarem a proposta. A Executiva também decidiu que a aceitação da proposição formulada pelo BB só será aceita se obtiver no mínimo 60% de aprovação nas assembleias de base.

Já está na hora do BB parar com ameaças, desrespeito, acusações e reajuste zero, apontando soluções que restabeleçam a dignidade nas relações com os funcionários. E sobre o acordo, não esqueça: que tipo de garantias o BB pode dar, se ele se utiliza da lógica do nunca posso? E se a diretoria diz que com reajuste demitirá, quem terá garantia de emprego após 31 de outubro - data final do acordo? Pense nisso. A decisão é sua.

CEF - Em plena época de dissídio, a diretoria da Caixa Econômica Federal (CEF) tomou uma atitude no mínimo controversa. Em uma ação provocadora e irresponsável, segundo a própria Executiva Nacional dos Empregados da CEF, aumentou no início de setembro os salários dos gerentes e superintendentes da instituição ao mesmo tempo em que mantém a categoria sem reajuste há dois anos. Para agravar ainda mais o impasse na negociação, a gestão Sérgio Cutolo ainda não definiu o calendário da campanha.

A Comissão de Empresa dos Empregados da CEF avaliou que o pagamento da Gratificação Temporária por Atividade Gerencial (GETAG) se constitui num movimento dentro da política do desmonte da empresa. "Com o pagamento desta verba propiciou a uma pequena parcela de gerentes um ganho salarial, à outra - dos gerentes com mais tempo de empresa - deu um

tapa na cara, jogando por terra toda a evolução profissional que tiveram. E propiciou aos altos cargos da Matriz e dos Escritórios de Negócios uma recompensa pela subserviência ao processo de desmonte, alijando todos os demais empregados da CEF do processo, de uma forma desrespeitosa e discriminatória em um momento em que o arrocho salarial atinge a todos."

Não se trata de ser contra o aumento para a gerência, que em alguns casos chegou a 100%. Todos os funcionários estão com os vencimentos arrochados. O que não se pode admitir é a discriminação contra aqueles que de fato carregam a empresa nas costas.

As diversas tentativas de se buscar uma solução negociada que restabelecesse o poder de compra dos empregados da CEF e que fizesse jus ao desempenho e ao esforço destes empregados no saneamento da empresa mostraram-se infrutíferas.

Bancos lucram como nunca

Os bancos fecharam o primeiro semestre de 97 com um lucro fantástico. As altas tarifas de serviço, os juros estratosféricos - com garantia de um bom spread -, a falta de preocupação com as filas e o mau atendimento aos pequenos clientes, o trabalho gratuito sem o pagamento de horas-extras e a cres-

cente exploração do trabalho bancário fizeram com que os bancos recebessem uma verdadeira safra de lucros, equivalente a existente no período inflacionário.

Para se ter uma idéia, o Safra aumentou seu retorno em 68,20% nos primeiros seis meses do ano em relação a igual pe-

ríodo de 96. O Unibanco ficou na margem de 39,48% enquanto o ABN Amrobank lucrou 257,75% a mais e o banco da General Motors viu seu retorno crescer 897,08%. Veja no gráfico o quanto os banqueiros encheram os seus cofres as custas da exploração e do mau atendimento.

BANCO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO MILHÕES (R\$)	LUCRO LÍQUIDO - 1º Sem/97 Milhões (R\$)	RENTABILIDADE SEMESTRAL
BRASESCO	5.725,19	443,58	7,75%
ITAÚ	4.104,25	344,65	8,40%
BANCO DO BRASIL	5.796,89	287,72	4,96%
UNIBANCO	2.465,62	176,93	7,18%
REAL	1.688,45	110,00	6,52%
SAFRA	810,03	80,73	9,97%
BCN	1.083,32	76,26	7,04%
CITIBANK	661,41	66,23	10,01%
ABN AMROBANK	381,55	57,59	15,10%
BANCO FIAT	223,53	44,68	19,99%
BANCO MERCANTIL SP	916,24	43,52	4,75%
GENERAL MOTORS	190,33	37,91	19,92%
BANK BOSTON	333,85	35,57	10,66%

BANRISUL

A Comissão de Negociação dos Funcionários do Banrisul entregou ao diretor de Recursos Humanos do banco, João Carlos Bona Garcia, a pauta específica de reivindicações no último dia 10. A minuta de 14 cláusulas reivindica a volta das férias antiguidade, cheque-rancho para os aposentados, ampliação do horário de atendimento nas agências da rede, limitação na contratação de estagiários, viabilização do diretor-representante para ações de saúde, segurança e condições de trabalho.

62 ANOSSindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

FILIADO À **CUT** BRASIL

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 14 Nº 76 - OUTUBRO/97

Bancos têm nova proposta

Sugestão de acordo apresentada pela Fenaban traz avanços e mantém direitos

A Fenaban apresentou no último dia 27 uma nova proposta aos bancários. Ela traz alterações significativas, conforme avaliação inicial da Executiva Nacional dos Bancários, que orientou pela suspensão da greve marcada para começar em todo o país no dia 29. No próximo dia 5 a categoria deve se reunir em assembleias para decidir sobre a proposta. Apesar dela ainda estar aquém das necessidades, poucas categorias estão conseguindo acordos com índices acima da inflação e em nossa negociação conseguimos rechaçar a proposta de retirada de direitos (anuênio e gratificação ~~semestral~~).

As principais mudanças são as seguintes:

Índice - Passa de 4% para 5% em verbas, pisos e benefícios.

Participação nos Lucros e Resultados

- Passa de 60% mais R\$ 281,00 para 80% mais R\$ 300,00 fixo, com teto máximo de R\$ 3 mil ou de dois salários. Pagamento da primeira parcela (40% do salário mais R\$ 100,00) a ser pago em até 10 dias após o fechamento do acordo e o restante (40% mais R\$ 200,00) a ser pago em 2 de março de 1998. Os valores devem corresponder a uma distribuição de, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% do lucro do banco.

Anuênio - A Fenaban retira a proposta de acabar com o anuênio, que fica em R\$ 7,88.

Indenização adicional - Fica valendo desde o fechamento do acordo até 31 de

março, de forma escalonada.

Gratificação semestral - A Fenaban retira a proposta inicial de acabar com a gratificação semestral. Propõe a criação de comissões temáticas para discutir o assunto. Outras mesas temáticas seriam criadas para discutir acordo extrajudicial, funcionamento das agências em horários e dias especiais, jornadas especiais, custos de agências pioneiras, compensação de horas-extras, tercei-

rização, estratégia de geração de renda, auxílio educacional e sétima e oitava horas.

Assistência médica aos demitidos - Demitidos com até 5 anos teriam assistência médica garantida por mais 60 dias. Aqueles que têm entre 5 e 10 anos de banco, a assistência seria por 90 dias. Quem tiver entre 10 e 20 anos terá direito a assistência por até 180 dias. Demitidos com mais de 20 anos terão direito a 270 dias de assistência.

Comparação

PISOS E VERBAS	CONVENÇÃO 96/97	PROPOSTA 26/10	DIFERENÇA EM REAIS	DIFERENÇA EM %
Piso portaria menos de 90 dias	286,00	300,30	14,30	5%
Piso escriturário menos de 90 dias	418,00	438,90	20,90	5%
Piso caixa menos de 90 dias	418,00	438,90	20,90	5%
Gratificação de caixa	129,00	135,45	6,45	5%
Piso (sal.) total de caixa menos de 90 dias	547,00	574,35	27,35	5%
Piso portaria mais de 90 dias	315,00	330,75	15,75	5%
Piso escriturário mais de 90 dias	460,00	483,00	23,00	5%
Piso caixa mais de 90 dias	460,00	483,00	23,00	5%
Gratificação de caixa	129,00	135,45	6,45	5%
Outras verbas de caixa	61,00	64,05	3,05	5%
Piso (sal.) total de caixa mais de 90 dias	650,00	682,50	32,50	5%
Gratificação de compensador	42,75	44,89	2,14	5%
Anuênio	7,50	7,88	0,38	5%
Auxílio-refeição	7,80	8,11	0,31	4%
Auxílio cesta alimentação	113,00	118,00	5,00	4,42%
Auxílio creche/babá	86,42	100,00	13,58	15,71%
Ajuda para desl. noturno	26,90	28,00	1,10	4,09%
Auxílio funeral	255,82	268,00	12,18	4,76%
Indenização por assalto	38.252,00	40.000,00	1.748,00	4,57%
Gratificação de função	55%	55%	-	-

Fonte: DIEESE - Linha Bancários

março, de forma escalonada.

Gratificação semestral - A Fenaban retira a proposta inicial de acabar com a gratificação semestral. Propõe a criação de comissões temáticas para discutir o assunto. Outras mesas temáticas seriam criadas para discutir acordo extrajudicial, funcionamento das agências em horários e dias especiais, jornadas especiais, custos de agências pioneiras, compensação de horas-extras, tercei-

rização, estratégia de geração de renda, auxílio educacional e sétima e oitava horas.

Assistência médica aos demitidos - Demitidos com até 5 anos teriam assistência médica garantida por mais 60 dias. Aqueles que têm entre 5 e 10 anos de banco, a assistência seria por 90 dias. Quem tiver entre 10 e 20 anos terá direito a assistência por até 180 dias. Demitidos com mais de 20 anos terão direito a 270 dias de assistência.

BANCO DO BRASIL - Na reunião de negociação do dia 23 de outubro, o BB não apresentou nenhuma alteração substancial na proposta já debatida e rejeitada pelos funcionários do reajuste zero e abono de R\$ 2 mil. O BB negou-se novamente a discutir as cláusulas relativas ao PCS, delegados sindicais, estabilidade no emprego e reajuste salarial. Disse que seria possível apenas melhorar as cláusulas relativas a desconto assistencial e contagem de tempo em licença-saúde. Agora, a Comissão Empresa aguarda um novo posicionamento.

CEF - Por pequena maioria as assembleias dos empregados da Caixa Econômica Federal no país aprovou a proposta da empresa de **reajuste zero** para fechamento dos acordos coletivos 96/97 e 97/98. A assembleia da base do nosso Sindicato rejeitou a proposta por unanimidade, tendo em vista que o mesmo representa uma concessão que permite a CEF institucionalizar a política de abonos sem reajuste, com punição aos empregados em atividade e com exclusão dos aposentados, tirando direitos. A proposta significa uma rendição. E o exército que assina a rendição não tem mais do que reclamar.

Para ler

Prosa & Verbo

Está circulando o número 1 da revista Prosa & Verbo, produzida sob responsabilidade da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. Com uma tiragem de 20 mil exemplares, a Prosa & Verbo vem preencher a lacuna de uma publicação unificada, que trate sobre bancos estatais e privados, além de matérias e artigos sobre economia, política e cultura. A publicação, de periodicidade mensal, está sendo distribuída nas agências.



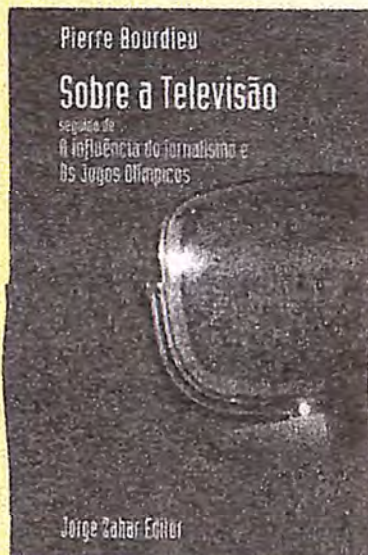
O Horror Econômico

Sensação literária na área de economia e com um forte apelo para os leigos, o livro O Horror Econômico, da francesa Viviane Forrester, se impõe como leitura obrigatória neste final de século. Romancista, ensaísta e crítica literária do jornal Le Monde, Viviane conseguiu o inédito: criticar o poder da economia globalizada e do neoliberalismo em linguagem acessível. Autora de livros sobre Van Gogh e Virginia Woolf, em O Horror Econômico ela "analisa com lucidez e lógica a decomposição dos valores humanísticos e sociais que se tornaram a besta-negra dos guarda-livros que se investiram na função de Sumos Sacerdotes, somente eles capazes de penetrar no Santo dos Santos do templo globalizado". O livro é editado pela Unesp, custa em média R\$ 15,00. Nas boas livrarias.



Sobre a Televisão

Mais um dos franceses. O filósofo e estudioso contumaz da influência dos meios de comunicação na sociedade, Pierre Bordieu, apresenta em Sobre a Televisão, best-seller na França, um alerta para os perigos que os mecanismos de censura representam para todas as esferas culturais, políticas e democráticas. Bordieu, em três textos apresentados em curso do College de France, dissecou e desmonta os mecanismos de censura que estão por trás das imagens e discursos exibidos na TV. A crítica é tão forte e tão bem construída que valeu um artigo do todo poderoso da Rede Globo, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, condenando os absurdos escritos no livro. É nessas horas que a obra de Bordieu ganha ainda mais valor. Sobre a Televisão é editado pela Jorge Zahar Editora e esta na faixa de R\$ 16,00. Também nas boas livrarias.



Pequenas Grandes Obras

E para quem ainda encontra no preço uma boa desculpa para não ler, a editora gaúcha Mercado Aberto acaba de lançar a Série Pequenas Grandes Obras. Serão colocados no mercado cerca de 40 títulos, ao preço de R\$ 3,00. A exemplo da coleção Pocket, da L&PM Editores, os livros são de bolso e vão abranger obras clássicas e contemporâneas, de escritores nacionais e estrangeiros. Para começar, as dicas são Anais da Província-Boi, de Luiz Antonio de Assis Brasil, A Morte do Violinista & outras histórias, de Liberato Vieira da Cunha, e O Justiceiro & outras histórias, de Arnaldo Campos. Com esses títulos e esses preços, não dá para não ler.



TOQUE DE CAIXA

* E a Justiça fez mais uma. O Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria de votos (7 a 4), que o trabalhador demitido sem justa causa não pode ser reintegrado ao serviço, como prevê a Convenção 158 da Organização do Trabalho (OIT). O STF entende que as "normas da OIT não são auto-aplicáveis e que os tratados e atos internacionais celebrados pelo Brasil – entre eles a convenção da OIT – estão subordinados à autoridade da Constituição Federal. Como a reintegração não está prevista nas leis brasileiras, não pode ser aplicada".

* Os funcionários do Banco do Estado do Paraná (Banestado) foram surpreendidos com uma boa notícia no mês de setembro. A Justiça do Trabalho determinou que o banco pague o resíduo inflacionário de 26,06% (U.R.P. de julho, agosto e setembro de 1987) a todos funcionários que na época faziam parte do quadro do banco, beneficiando 31 funcionários. Os alvarás da Justiça, recebidos pelo sindicato, foram entregues aos funcionários no dia 26 de setembro, no próprio banco.

* Até que enfim algum setor da imprensa se posicionou criticamente ao governo Antonio Britto. Em editorial publicado na capa do jornal no dia 8 de outubro, o Correio do Povo atacou a política do governo estadual com relação aos subsídios para a instalação das montadoras da GM e da Ford no Rio Grande do Sul. Com o título "Festa com o dinheiro do povo", o Correio afirma que "anúncios e discursos tentaram transformar em trabalho do governador e de alguns secretários o que na verdade foi comprado". Incisivo, o texto conclui: "Para o desenvolvimento do Estado não é necessário nem doar dinheiro público nem vender o patrimônio da população. Bastaria trabalhar com eficiência."

* E enquanto o governo Britto alardeia aos quatro ventos como se faz um Estado de Todos, os dados comprovam o quanto o gaúcho empobreceu nos últimos dois anos. Dados da Fundação de Economia e Estatística mostram que neste período a renda do Estado diminuiu 0,7% contra um crescimento do PIB nacional de 7,2%. Como a população gaúcha, neste período, cresceu 2,4%, a renda per capita dos gaúchos diminuiu 3%. No Estado, são mais de 700 mil desempregados e o número de falências e concordatas aumentou 244%.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis. Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Diretor de Imprensa: Mauro Luiz Cecon

Jornalista Responsável: Daniela Goulart - MTB 7533/34/42

Editoração Eletrônica: Hermes Lorenzon Nunes

Fotolitos e impressão: Art & Gráfica Ltda

Tiragem: 2.300 exemplares

Outubro 1997

Protesto contra venda do Meridional

Lideranças políticas e sindicais se reúnem na Assembléia no dia 17 de novembro

Arquivo SEEB-CAXIAS

Está marcado para o dia 17 de novembro um grande ato político contra a venda do Banco Meridional, que vai a leilão no dia 4 de dezembro na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro a preço de banana. Vereadores, prefeitos, deputados, senadores e dirigentes sindicais vão se reunir às 14h na Assembléia Legislativa para protestar contra esta nova investida contra o patrimônio público. O Banco Central definiu que o preço mínimo do banco, fixado em março de 1996 em R\$ 377 milhões, sofresse uma queda para R\$ 210 milhões. Porém, os 75,61% do capital total do banco que serão ofertados no leilão valem R\$ 172,95 milhões. O valor atual, que representa menos da metade do que o banco valia em maio passado, quando foi marcado o primeiro leilão, concretiza o aniquilamento do sistema financeiro estadual e marca o início das investidas para a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Para facilitar ainda mais a vida dos banqueiros, o Banco Central determinou que para comprar o Meridional é preciso pagar 50% do valor de venda até o quarto dia após o leilão, mas apenas 10% em dinheiro. O restante poderá ser em moedas podres. O saldo dos outros 50% poderão ser pagos em até 36 meses, também 10% em dinheiro e o restante em moedas podres. Com um negócio desses, já



PRIVATIZAÇÃO - Leilão de venda do banco Meridional está marcado para o dia 4 de dezembro

surgiram cinco interessados em adquirir o banco: Bozano, Simonsen, Bradesco, J.P.Morgan (representante do banco espanhol Bilbao Vizcaya, dono da Telefônica da Espanha e de parte da CRT), Banco Pactual e Caixa Geral de Depósitos, de Portugal.

Na última semana, a Comissão Nacional de Empresa do Meridional iniciou a avaliação do edital com o objetivo de planejar ações que impeçam a venda do banco. Também o Tribunal de Contas da

União, a pedido do deputado federal Miguel Rosseto (PT/RS), deve realizar uma auditoria para identificar porque o banco está sendo oferecido a preço inferior.

O Meridional representa uma cadeia de bancos que começou a crescer em 1858. A instituição nasceu da intervenção do Banco Sul Brasileiro com o Banco Habitasul, em 8 de fevereiro de 1985. Se nada for feito, estamos nos encaminhando para um novo escândalo no sistema financeiro gaúcho e brasileiro.

Vem aí o Banrisul

E o Banrisul também está na mira da privatização. Em entrevista à imprensa, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, disse que pretende passar para o governo federal os bancos estaduais, entre eles o Banrisul. Depois da venda concreta da CEEE e dos encaminhamentos para a privatização da CRT e da Corsan, o patrimônio gaúcho está prestes a ser mais desmantelado ainda.

Quatro bancos estaduais já estão encaminhados para a venda. Banespa, Bemge, de Minas Gerais, o Bandepe, de Pernambuco, e o Beron, de Rondonia. Segundo o cronograma do Banco Central, também os bancos do Ceará (BEC) e da Bahia (Baneb) devem ser vendidos até as eleições presidenciais.

Bradesco abocanha BCN

O Bradesco oficializou no dia 27 a compra do Banco de Crédito Nacional (BCN). O valor da operação não foi revelado, mas pode ter chegado a R\$ 800 milhões, conforme a Folha de São Paulo. Com o BCN, o Bradesco aumentou seus ativos em 52,2 bilhões, conquistando a liderança no ranking das instituições financeiras em patrimônio líquido.

E o governo vai vender ações do Banco do Brasil. O anúncio foi feito pelo

ministro Antonio Kandir. O controle acionário do BB é representado pela posse de 50% mais uma quantidade de ações ordinárias. O capital do BB hoje é dividido em cerca de 712 bilhões de ações, sendo 399 bilhões ordinárias e 313 bilhões de preferenciais. O Tesouro detém 72,7% do total e 73,7% das ordinárias. Portanto, poderão ser vendidas cerca de 23% destas sem que o governo deixe de ser majoritário.

FUTEBOL - Os bancários mostram que também são bons de bola. Até o dia 8 de novembro devem ser conhecidos os campeões de futebol sete. Participam do torneio na sede campestre as equipes: Bradesco/Boa Vista, União Farroupilha, Meridional, Banestado, Unibanco/Sudameris/Safra, Itau/Excel Economico, Caixa Econômica Federal, BICBanco/BCN, Finasa, HSBC Bamerindus.

Campanha protesta contra filas

Sindicato iniciou ação denunciando banqueiros e governo pelas demissões

FOTO MLC - 10/OUT

O Sindicato dos Bancários iniciou no mês de outubro uma ampla campanha contra as filas e o mau atendimento nos bancos. Em uma ação do sindicato, os clientes receberam nas agências bancárias panfletos explicando o porquê das filas. Também foram publicadas notas de alerta à população nos jornais Pioneiro, dia 30 de setembro, e na Gazeta de Caxias, edição semanal de 4 a 10 de outubro. A iniciativa do sindicato, que passou os primeiros 10 dias do mês de banco em banco denunciando os banqueiros e o governo pelas demissões e pelo não-pagamento das horas-extras, repercutiu de maneira favorável na imprensa e até na Câmara de Vereadores. Por iniciativa do vereador Edson Nespolo (sem partido), o Legislativo aprovou por unanimidade no dia 2 de outubro uma moção de apoio ao movimento. As rádios locais deram ampla cobertura ao assunto e o Pioneiro publicou matéria a respeito, com o título "Bancário protesta contra filas".

Na moção aprovada pela Câmara, os vereadores consideraram que o alto valor das tarifas bancárias impede o acesso das



BANRISUL - O porquê do mau atendimento foi explicado aos clientes nos primeiros dias do mês de outubro

peças de baixa renda aos serviços bancários e que o desemprego reflete muito na desqualificação do atendimento, com longas filas nos caixas. O Legislativo ainda se colocou a favor da ampliação do atendimento ao público para o horário das 9h às 17h, para beneficiar o cliente e gerar mais emprego.

Não bastasse a cumplicidade com o público e com os vereadores, que ficaram a favor dos bancários, conseguimos

outra vitória. O panfleto distribuído aos clientes, contendo os números de telefone dos gerentes nas agências e o do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (Comdecon), deixou muita gente de cabelo em pé. Afinal, os clientes tem o direito de reclamar das filas diretamente com o gerente. E foi essa a sugestão do sindicato.

O material também ressaltou o número de demissões ocorridas em 1995 e 1996, em

um total de 61 mil, e o percentual de 63% dos bancários que apresentam sintomas de alguma doença profissional. E o que mais dói no bolso do cliente não foi esquecido: as tarifas abusivas, responsáveis pelos 190% do lucro dos nove maiores bancos privados em 1996 e por cobrir 75% das despesas de pessoal. Essa ação serve para alertar os banqueiros que estamos de olho. E novas denúncias vêm por aí.

Há 62 anos na luta

O Sindicato dos Bancários completou no último dia 24 de outubro 62 anos. Fundado em 1935, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (SEEB) foi motivado pela organização de vários sindicatos que se formavam no país e pelo contato direto com os colegas de Porto Alegre, que possuíam o próprio sindicato desde 1933. Naquela época, os encontros aconteciam nos cafés, nos cinemas, nas confeitarias.

A preocupação com o bem-estar da categoria iniciou na década de 60, com a criação da Cooperativa dos Bancários, basicamente ligada à comercialização de gêneros alimentícios a preços inferiores aos praticados no mercado. Também as lutas salariais e de reivindicações iniciaram de forma mais acentuada nesta época, em sintonia com os movimentos nacionais. Nos anos de 61, 62 e 63, os bancários de Caxias fizeram greves significativas. Em 1964,

com o golpe militar, o sindicato sofreu intervenção, os dirigentes foram cassados.

Passada a turbulência das décadas de 60 e 70, os anos 80 marcaram novos tempos para o sindicato. Hoje, os sindicatos dos bancários em todo o país se constituem em uma força política que vem resistido ao neoliberalismo e que vem se opondo às privatizações das empresas públicas e lutando pela manutenção do emprego e por melhores condições de trabalho e salário.